



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DESENHANDO TERRITÓRIOS: A CARTOGRAFIA DE CANDIDO MENDES E O "NORDESTE"
BRASILEIRO DO SÉCULO XIX

George Alexandre Ferreira Dantas (UFRN) - georgeafdantas@hotmail.com

Arquiteto, Professor Adjunto do Depto de Arquitetura do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRN

Yuri Simonini (UFRN) - ysimonini@gmail.com

Historiador, mestre em Arquitetura e Urbanismo, Pesquisador do HCurb

Angela Lucia Ferreira (UFRN) *Arquiteta e Urbanista, Professora Associada do Depto de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFRN*

Desenhando Territórios: a cartografia de Candido Mendes e o “nordeste” brasileiro do século XIX

Resumo

A partir de meados do século XIX, a articulação sistematizada do território da nação brasileira seria formulada como um ponto chave para a estruturação da economia e da sociedade modernas. Intento que ultrapassava as velhas demandas de controle geopolítico que o problema das estiagens prolongadas nas “províncias do norte” impedia. Falar de uma nova estrutura territorial pressupõe indagar: Que conhecimentos e informações iconográficas, para aqueles que adentraram no “Brasil desconhecido”, tinham acerca do território que estava sendo transformado? Discutir as pertinências e os limites do uso das fontes cartográficas como documentos que permitam ao pesquisador compreender as ações sistematizadas sobre o território nordestino é o objetivo deste trabalho. Para tanto, privilegiar-se-á o “Atlas do Imperio do Brazil”, organizado e publicado por Cândido Mendes de Almeida, em 1868, com ênfase nas províncias mais atingidas pelas secas: CE, RN, PE e PB. O Atlas é lido assim dentro da trama de relações da formação da cultura técnica moderna no Braçijl e, mais especificamente, com os processos que levariam à definição da região Nordeste.

Considerações iniciais

O processo de superação da estrutura e do estatuto coloniais levou décadas para se completar no Brasil – em grande medida transformados, como dimensão física e de maior visibilidade, com as reformas urbanas realizadas, grosso modo, entre 1890 e 1920. Contudo, além das formulações e ações políticas e econômicas que secundaram essas reformas, as propostas para transformação da dimensão material foram fundamentais para estabelecer o suporte às novas demandas de produção e de circulação de mercadorias e pessoas. Mais ainda, exigiu uma reestruturação da rede urbana que apontava para novas configurações territoriais que teriam desdobramentos em grande parte do país.

Todavia, os esforços para pensar o território ultrapassaram os processos de fundação de núcleos urbanos – de resto, elemento fundamental da política de colonização portuguesa – como bem o demonstraram Roberta Delson (1979) e Nestor Goulart Reis (2000), de maneira decisiva sobretudo a partir do final do século XVII. Em linhas gerais, a partir de meados do século XIX no Brasil, a articulação eficiente do território – da Nação, da região e ou da cidade – seria formulada como uma questão-chave para a estruturação da economia e da sociedade modernas, para além das antigas demandas de controle geopolítico. Articulação que implicou necessariamente uma nova estruturação ou mesmo a construção de um sistema – suporte físico, burocracia, maquinismos, administração, entre outros – de circulação e de comunicação. Ademais, demandou, mais ainda, a produção de conhecimento sobre os objetos a serem controlados e mesmo transformados – paisagens, acidentes, relevos, bacias e cursos d'água, etc.

Neste sentido, o fenômeno climático de irregularidade das chuvas, principalmente no que se refere à estiagem, foi erigido como um dos problemas centrais para pensar as articulações das partes do Brasil, como formulariam muitos técnicos, políticos, intelectuais e publicistas de maneira geral, na segunda metade do século XIX. Tornou-se um tema privilegiado, portanto, e não apenas pelo recorte crítico do pesquisador atual, para investigar e problematizar a delimitação de um campo disciplinar e institucional de discussão – a esfera pública da cultura técnica moderna – assim como a delimitação de um espaço geográfico e econômico, social e cultural (no caso, a região que, no início do século XX, seria denominada “Nordeste”). Afinal, as secas, “lidas como problema, mobilizaram consciências e esforços para a sua superação”, processo pelo qual se permite, direta ou indiretamente, “mapear e discutir algumas das idéias-chave, das visões, dos projetos articulados para a modernização do Brasil assim como as representações que os fundamentaram” (FERREIRA, DANTAS, FARIAS; 2008; 2006).

Assim, as discussões sobre a problemática das estiagens periódicas implicaram abordar a reestruturação do território que se urgia realizar a partir, sobretudo, de meados do XIX. As secas foram transformadas em problema – e um problema-chave para se pensar a

integração do território da nascente Naçãoⁱ – no contexto das transformações gerais do mundo ocidental no período, de amadurecimento das relações capitalistas, da lógica de reprodução da força de trabalho, das necessidades de produção, circulação e comunicação. Isso exigia outra estrutura territorial, diversa daquela oriunda do período colonial e para a qual – diante das necessidades de novos arranjos – as secas constituíram-se um entrave.

Mas, falar em nova estrutura territorial pressupõe estabelecer, pelo menos, um marco comparativo: que território estava sendo transformado? Quais suas características físicas e como era representado graficamente? Que conhecimento e informações cartográficas tinham aqueles que adentraram os sertões? Enfim, qual(is) a(s) referência(s) a partir de que se pôde articular um conjunto de conhecimentos – aqui referidos como cultura técnica moderna – que embasaria desde o entendimento e ações de enfrentamento contra as secas aos projetos de construção da Nação e as perspectivas de integração?

Essas questões apontam para um tema mais específico, dentro dos escopos de um projeto de pesquisa maiorⁱⁱ, e conformam o objetivo deste artigo, a dizer, discutir as pertinências e os limites do uso das fontes cartográficas como documentos que permitam ao pesquisador atual compreender as ações sistematizadas sobre o território nordestino a partir de dois aspectos: primeiro, os instrumentos e suportes intelectivos utilizados e construídos no âmbito de formação de uma cultura técnica moderna no século XIX; e, segundo, a própria realidade geográfica para os quais se construía estratégias de investigação e, sobretudo, transformação pela ação planejada sobre o território.

Para tanto, toma-se aqui como objeto privilegiado o “Atlas do Imperio do Brazil”ⁱⁱⁱ, organizado e publicado pelo professor e jurista Cândido Mendes de Almeida, em 1868. Destinado originalmente aos estudantes do Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro – local de formação secundarista de parte da elite do país e daqueles que iriam compor a burocracia e os corpos técnicos de vários órgãos estatais^{iv} –, o Atlas buscava suprir o que considerava as imensas lacunas do saber e do ensino da geografia do país, disciplina fundamental para a formação do estadista, do legislador, do administrador (ALMEIDA, 1868, p.7, col. 1-3).

Para desenvolver as ideias aqui colocadas de forma sintética se apresenta inicialmente a dimensão política da cartografia e, em seguida, se comenta acerca da trajetória do profissional Cândido Mendes e de sua obra, detalhada no momento posterior para dar conta de sua contribuição na leitura específica das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Uma cartografia do poder

Ao se debruçar sobre um mapa, o leitor tem a sua disposição uma representação cartográfica de um determinado espaço geográfico. Os dados ali registrados fornecem uma série de informações de acordo com a necessidade daquele que o produziu e que o leem.

Ademais, num primeiro momento, ressalta-se ao seu apelo imagético que se reveste com uma “linguagem poética na medida em que os versos não são feitos de rimas sonoras, mas de rigor técnico e plasticidade visual” (LASSALLE 1990 apud TEIXEIRA NETO, 2006, p.54). Seu papel principal, contudo, sempre esteve atrelado ao poder, seja para delimitar e administrar a extensão dos territórios dominados seja para fins de estratégia – afinal, se, para Yves Lacoste (1998), a Geografia serve para fazer a guerra, pode-se dizer que então os mapas são os seus generais. Essa estreita relação entre a cartografia e o poder político resultou na produção de mapas que possuíam certas funções específicas, que vão “(...) da construção de um Império Mundial à manutenção do Estado-Nação e à afirmação local dos direitos de propriedade individuais” (HARLEY, 2009, p.5). Nesse sentido, Brian Harley (2009, p.5) conclui que “(...) as dimensões do regime político e do território são compiladas em imagens que, assim como o ordenamento jurídico, fazem parte do arsenal intelectual do poder”.

Inclusive, a própria definição dos mapas que ilustraram o Atlas de Cândido Mendes foram sopesados e marcados pela discussão sobre as disputas territoriais e sobre os tratados internacionais (desde o de Utrecht, de 1713, até os mais recentes, como o de Viena, de 1815, e os específicos para delimitação das fronteiras com a Venezuela, com o Equador e com a Colômbia, e.g.). Em especial, os mapas gerais – II, III e IV, com as divisões administrativas, a marcação das ilhas e lagos e demais acidentes geográficos – são antes de tudo peças de afirmação do Império, tanto para seus limites internos quanto, e principalmente, nesse momento, para os limites com os demais países (incluindo aí também os domínios sobre o Atlântico Sul).

Isso significa que o mapa, ou o seu conjunto – o atlas –, não podem ser tratados como uma fonte isenta de subjetividade sob o aparente manto tecnicista da sua forma de produção^v. E a sua análise como um texto, afirma Harley (2009, p.5), carece de maiores estudos, apesar de reconhecer que “os cartógrafos e historiadores de mapas têm consciência, há bastante tempo, que o conteúdo dos mapas tem uma tendência a criar o que eles chamam de desvios, distorções ou de abusos em relação à realidade”.

Para tanto, se faz necessário que as análises desse produto cartográfico enfatizem que a sua seletividade das informações e a representatividade nele constante se constituem como meios de se entender as relações humanas. Afinal, trata-se de uma “(...) imagem do mundo do mesmo modo que somos a imagem de nós mesmos” (TEIXEIRA NETO, 2006,

p.67) e deve-se ser analisado sob ângulos: 1. “a universalidade dos contextos políticos na história da cartografia”; 2. “a maneira pela qual o exercício do poder estrutura o conteúdo dos mapas; e 3. “a maneira pela qual a comunicação cartográfica, num nível simbólico, pode reforçar este poder por intermédio do conhecimento cartográfico” (HARLEY, 2009, p.4).

No que se refere ao Brasil, a utilização dos mapas manteve um forte viés político – tal qual os países europeus. Se, num primeiro momento, os mapas do período colonial foram mantidos em segredo em decorrência de possíveis invasões estrangeiras, no Império, o mesmo foi amplamente utilizado para justificar a incorporação e a manutenção territorial, como aponta Antonio Teixeira Neto (2006, p.55): “não creio que exista no planeta uma nação [a brasileira] cujos domínios territoriais foram garantidos e mantidos à custa de um general que jamais disparou uma única arma sequer contra o inimigo: o mapa”^{vi}. Ademais,

No período imperial, verifica-se a preocupação com a formação cartográfica de profissionais no Brasil. Em 1810, foi criada a primeira escola de formação de Engenheiros Geógrafos Militares na Academia Real Militar, (...) na qual a formação profissional em cartografia se dava num período de oito anos (ARCHELA, 2007, p.215).

Não seria coincidência, portanto, nesse período, a criação de diversas instituições oficiais com o intuito de mapear o território brasileiro. Rosely Sampaio Archela (2007) destaca alguns deste órgãos: a Comissão do Império do Brasil – 1825 – e da carta Geral do Império – 1830-1878 –; a Imperial Comissão Geológica – 1874 –; a Repartição Hidrográfica do Ministério da Marinha – 1876 –; e a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo – 1886 (ARCHELA, 2007). E dentre as fases da cartografia brasileira, uma em particular tratou da elaboração de mapas em escalas pequenas, na qual inclui os levantamentos feitos no Nordeste, pela Inspetoria de Obras Contra a Seca (ARCHELA, 2007).

Neste contexto, o “Brasil desconhecido” – como será tratado no item seguinte – vai ganhando contornos mais nítidos. E a relevância do Atlas de Candido Mendes se insere num momento em que o conhecimento cartográfico brasileiro ultrapassa os círculos militares e institucionais para ganhar maior visibilidade.

Candido Mendes de Almeida e o Atlas Imperial

A imagem do Brasil como um arquipélago é um tema corrente nas discussões e na historiografia que considera as estruturas econômicas, sociais e culturais daquele imenso território que assoma o século XIX atravessado pelas injunções da crise do sistema colonial e pelo avanço e aprofundamento de novas lógicas produtivas e das novas relações de poder daí decorrentes. Imagem que diz respeito tanto sobre as estruturas do empreendimento colonial, cujas porções do território – as ilhas socioeconômicas – guardavam relações mais

estreitas com a Metrópole portuguesa do que entre si; quanto sobre o (des)conhecimento do próprio suporte físico da colônia.^{vii}

Trata-se, portanto de um conjunto de retalhos que comportam uma série de ilhas mapeadas, vastidões ignoradas ou parcamente conhecidas, invariavelmente com várias distorções no registro cartográfico. Se essa poderia ser uma síntese da cartografia do Brasil colonial, não é incorreto apontar a persistência dessa condição (de precariedade e irregularidade do conhecimento da geografia do Brasil) ao longo da primeira metade do século XIX. Condição que se expressaria na produção leiga, e mesmo na erudita, como bem exemplificam as gravuras de Henry Koster (ilustração que abre o seu livro, *Travels to Brazil*, de 1816), de John Luffman (intitulado *Brazil, or trans-atlantic Portugal*, publicado em Londres, 1808) e de Henry Charles Carey (*Brazil*, publicado em Londres, por H. C. Carey, 1823).

Essa condição – sobretudo em relação ao vasto interior do país (e.g., ver figura 02) – seria problematizada cada vez mais no contexto pós-independência como um entrave às possibilidades de constituição efetiva do Império, enfim, do Brasil como um Estado-Nação moderno.

É nesse contexto, aqui rapidamente sumarizado, que se entende o esforço e a importância da elaboração e da publicação do “Atlas do Imperio do Brazil”. Nascido em 1818, na província do Maranhão, Candido Mendes de Almeida se tornou bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1839. Um ano depois, de volta à sua cidade natal, tornou-se promotor e professor de Geografia e de História no Lyceu de São Luiz. Exerceu o cargo de deputado geral por cinco legislaturas e em 1871 seria eleito para o cargo de senador.

No campo acadêmico, embora tenha abandonado o cargo de lente em 1850, manteve estreitos laços com diversas sociedades científicas. Uma dos seus possíveis primeiros trabalhos cartográficos consistiu na elaboração de um mapa sobre a questão de

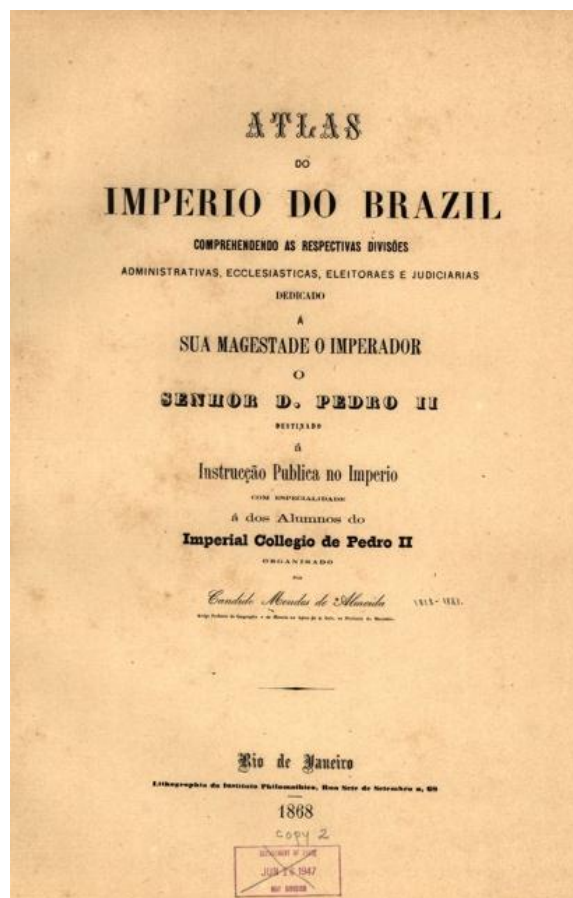


Figura 01 - Frontispício do Atlas Imperial, elaborado por Candido Mendes, 1868.

Fonte: http://memory.loc.gov/cgi-bin/map_item.pl?data=/home/www/data/gmd/gmd5m/g5400m

limites entre a província do Maranhão e Goiás (BORGES, 2007)^{viii}. É possível que a feitura desse mapa o tenha capacitado a dar início a realização do Atlas Imperial. Ao contrário dos cartógrafos europeus – que possuíam a tradição de fundamentar suas obras com argumentos de autoridade –, Candido Mendes buscou se apoiar em diferentes fontes documentais, como relatórios provinciais, mapas anteriores e fontes orais. Ou seja, para Maria Elisa Linhares Borges (2007, p.381),

A julgar pelos mapas presentes em seu atlas, (...), muito provavelmente Candido Mendes aproveitou informações contidas em memórias, corografias, nos dicionários topográficos e nos relatos de viagem, produzidos pelos membros da Comissão Estatística da Cortem instituída pela Corte em 25 de novembro de 1829.

Todo esse material coletado servia para dotar a obra de Candido Mendes de uma legitimação e aceitação do público, a quem se destinava o atlas – aos alunos secundaristas, a “mocidade letrada brasileira’ de onde certamente sairia os quadros da vida pública e burocrática do Brasil do futuro” (BORGES, 2007, p.383), enfim, esperava-se, os futuros, estadistas, legisladores, administradores –, a partir de dados considerados cientificamente comprovados proveniente de fontes documentais. Aos mapas constantes foram acrescidos de textos complementares de História e de Geografia para cada província, enfatizando principalmente as questões limítrofes.

Seja como for, o Atlas, como introduziu o seu próprio autor (1868, p.7, col. 1-3), buscava sistematizar um conjunto crescente de informações com o intuito de suprir o que considerava imensas lacunas no ensino de geografia do país – disciplina, defendia, fundamental para a formação do estadista, do legislador, do administrador. E mais ainda, como corolário, estabelecia um marco comum para fixar os novos dados (como aqueles provenientes do novo mapa do



Figura 02 - Brazil, or trans-atlantic Portugal, publicado por J. Luffman, Londres, 1808. Atente-se para a advertência: “interior of the country very imperfectly known”

Fonte: <http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g5400.br000016>

Nota: Editado pelos autores

Brasil utilizado por William Scully, editor do *Anglo-Brazilian Times*, publicado em New York, compilando os trabalhos mais recentes do governo brasileiro), para mediar e comparar informações, para permitir novas investigações e, enfim, para sustentar estratégias e políticas de controle do território.

Em suas entrelinhas, percebe-se um claro projeto político a orientar a normalização do conjunto de informações e de mapas, “antigos e modernos”, que, construindo-se província e província, reduzidas a uma escala comum, comporiam uma visão integrada do Império. Projeto que levaria o autor a propor até mesmo a criação de uma nova província, *Pinsonia*, rearranjando parte da porção extrema do norte, o que incluía as negociações com as Guianas, a francesa em especial, e partes da província do Grão-Pará. Buscava-se assim valorizar a cidade de Macapá, cuja comarca seria o centro provincial, como um nó comercial e portuário para articular o comércio e a circulação entre o Amazonas e Belém. Com isso – e a conseqüente criação de uma estrutura administrativa própria –, poder-se-ia reverter o quadro de quase abandono que marcara aquela região, a despeito dos mais de três séculos de “descobrimento” (ALMEIDA, 1868, p.32, col.4-5, p.33, col.1).^{ix}

E o que os mapas de Candido Mendes de Almeida podem apontar para compreender o “Nordeste”? A pergunta, aqui, tem ao menos uma dupla face: implica questionar o território representado então pela delimitação que seria construído a posteriori e, como corolário, implica relacionar o conjunto documental do Atlas à trama de relações, saberes e ações que levariam, no início do século XX, a uma primeira definição mais precisa do que seria o Nordeste como entidade regional específica, com singularidades que a permitiram ser distinguida e reclamar políticas e investimentos específicos.

As províncias das secas: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco

Assim, inicialmente, deve-se enfatizar que não há Nordeste no Atlas. De fato, comumente usava-se falar então – como se percebe em registros literários de um Joaquim Manuel de Macedo, de José de Alencar ou de Machado de Assis – de maneira genérica em Províncias do Norte e do Sul, cujo ponto mediador era a Corte. Candido Mendes, de certo modo, mantém essa perspectiva, ao mesmo tempo em que consolida a reorganização das províncias que se processara na primeira metade do século XIX^x: propôs então sistematizar a divisão administrativa do Império entre províncias setentrionais e meridionais, orientais e ocidentais. As províncias do Norte ficaram então abarcadas nas setentrionais, que iriam da Província do Amazonas até a do Espírito Santo; as meridionais, do Município Neutro – a Corte - e da Província do Rio de Janeiro até a de São Pedro do Sul; as ocidentais eram compostas pelas províncias de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso (ALMEIDA, 1868, p.08, col.1; p.10-32).

Reiterava-se no Atlas essa indistinção que, na verdade, apenas reforçava a centralidade política e econômica da Corte. Há aí vários movimentos contraditórios mas que revelam parte das disputas e da complexidade de como se figurava e se desdobrava a questão nacional no período: reafirmava-se e legitimava-se uma imagem de unidade nacional, mais ainda, de nacionalidade (SÜSSEKIND, 1990, p.17), por meio da normalização dos mapas; ao mesmo tempo, tal unidade fundava-se na estratégia política primeira de manutenção da unidade pós-independência, com um Estado cada vez mais forte e voraz em relação aos recursos necessários – que deveriam ser e eram de fato remetidos pelas províncias – para sua consolidação e expansão (DIAS, 1972; CARVALHO, 1981). Essa estratégia não contemplava, como apontaram muitos da geração romântica, a tarefa de construção e ocupação efetiva do território de um Estado-Nação moderno como pretendiam – o que exigia reestruturação territorial e um novo sistema de circulação e comunicação, cujo paroxismo seria o desejo de construção de uma nova capital nacional no interior do país, expresso em vários e avultados projetos, como o do historiador e diplomata Francisco Varnhagen (VIDAL, 2009, p.81-101). Não é à toa que Candido Mendes diria que a permanência do Rio de Janeiro como Corte, território do Município Neutro com administração independente, deveria ser provisória, “enquanto não se fundar a verdadeira e permanente Capital do Império” (ALMEIDA, 1868, p.08, col. 2).

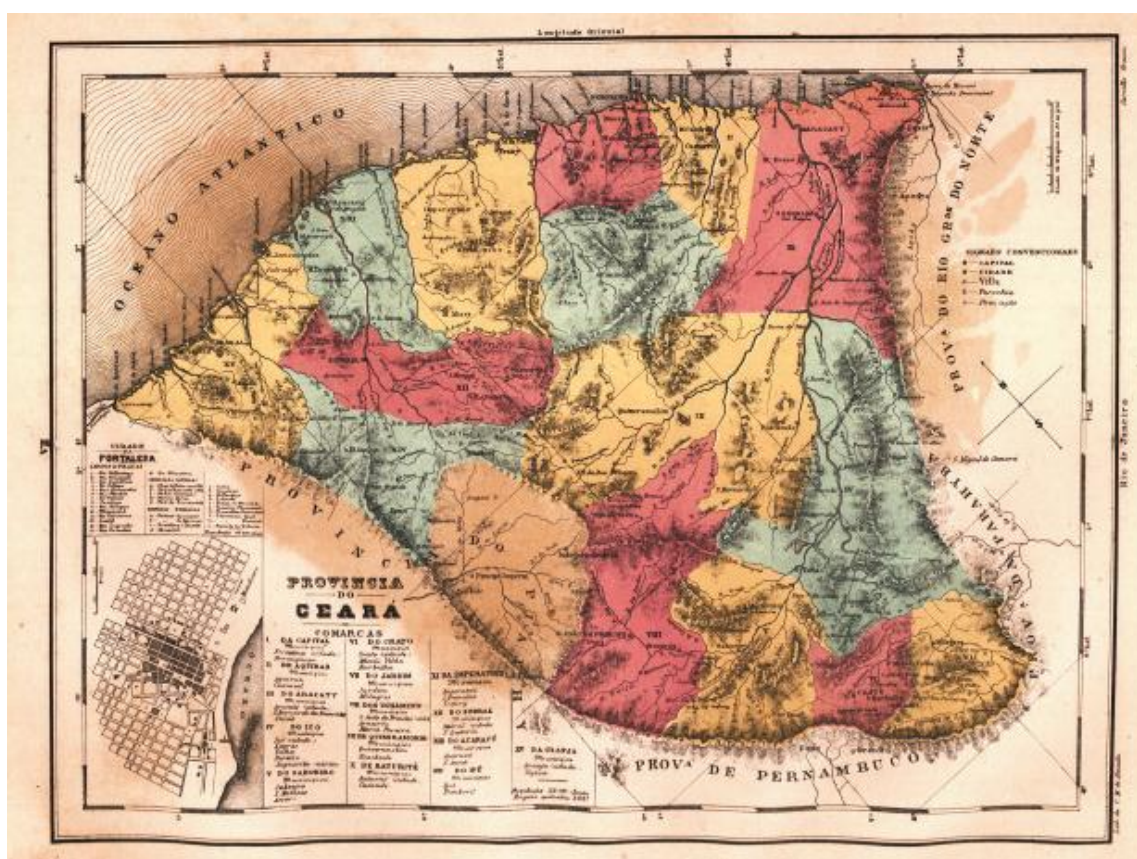


Figura 03: A Província do Ceará, 1864.
Fonte: ALMEIDA, 1868

Em meio aos projetos que se expressam no Atlas como peça, sobretudo, política, percebe-se as dificuldades que estavam postas para consecução dos intentos de modernização do Brasil. Neste sentido, propõe-se aqui analisar – vinculando-se assim ao projeto maior de pesquisa que secunda este artigo – com mais atenção a documentação das províncias do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. Foram as províncias que primeiro, sobretudo a do Ceará, se tornaram objeto de investigação sistemática para enfrentamento do fenômeno climático das secas; ademais, compõem desde o início as delimitações oficiais da região Nordeste.^{xi}

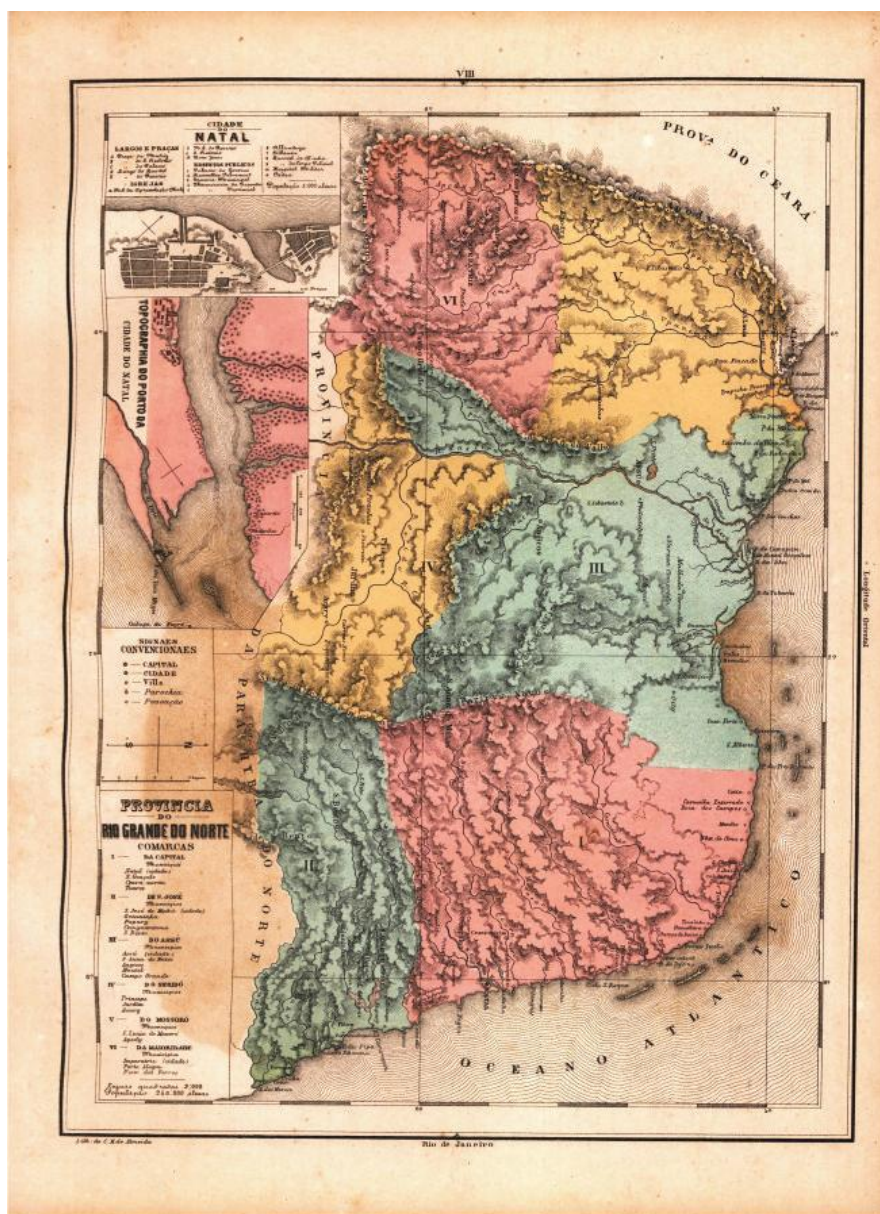


Figura 04: A Província do Rio Grande, 1864.
Fonte: ALMEIDA, 1868

É recorrente o registro, e não somente para essas quatro províncias, sobre a imprecisão dos limites. A precariedade da cartografia e de documentos confiáveis levaria, e.g., Candido

Mendes a anotar sobre a província do Rio Grande do Norte que “é muito deficiente em trabalhos topográficos”. As fronteiras com o Ceará e com a Paraíba que pôde desenhar “são os que no geral são conhecidos; mas nem suas divisas são claras, naturais e incontestadas, como nunca foram demarcadas” (ALMEIDA, 1868, p. 12, col. 1-2). O problema da demarcação atingia inclusive a província de Pernambuco, para a qual havia farta documentação (proveniente de fontes diversas, incluindo peças técnicas mais acuradas, como os levantamentos topo-hidrográficos do porto de Recife).

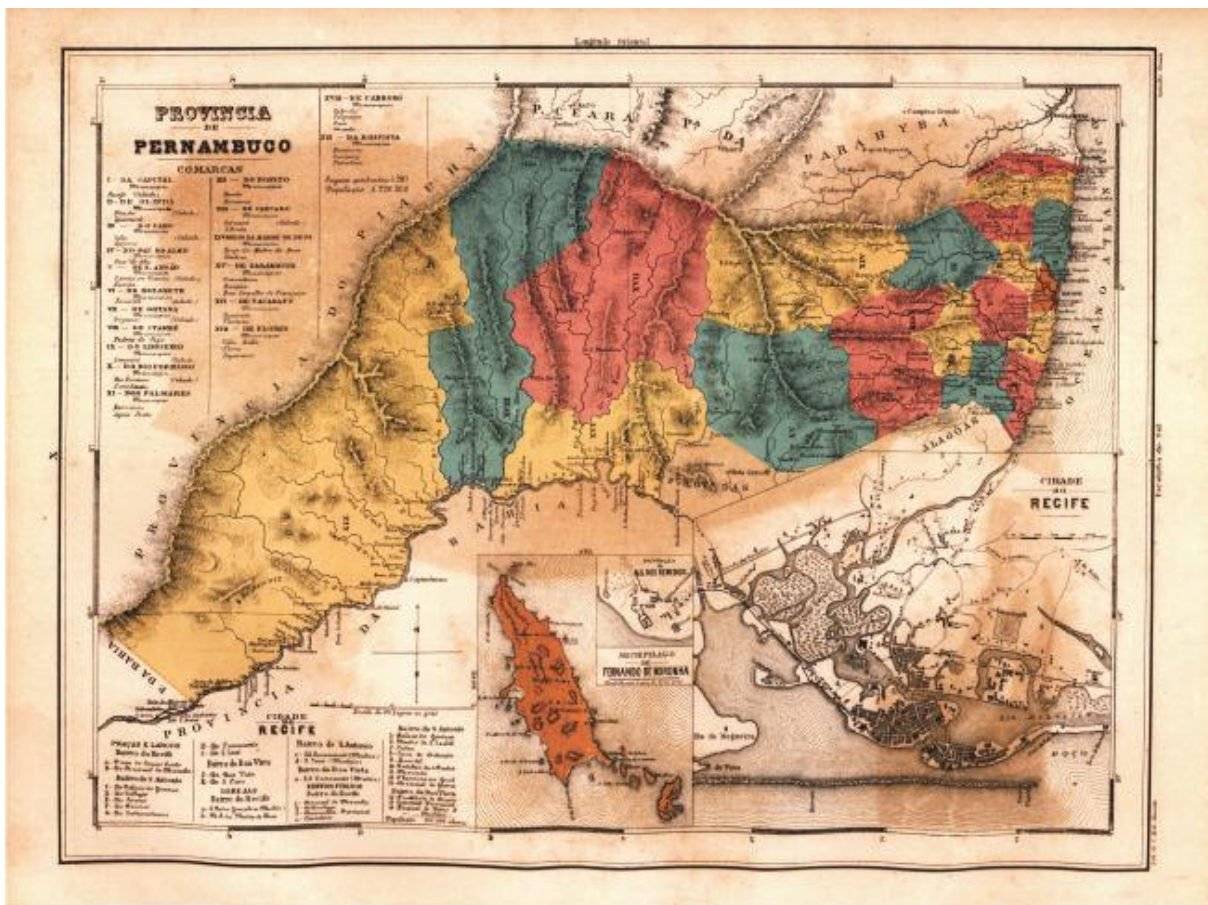


Figura 05: A Província de Pernambuco, 1864
Fonte: ALMEIDA, 1868

Diante de tamanha precariedade, não parece forçoso afirmar que o projeto do Atlas só não se inviabilizou pela contribuição decisiva do engenheiro militar Beaurepaire Rohan:

O nosso credor é o Exm. Sr. Conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, que quando Ministro da Guerra dignou-se de expedir o Aviso de 21 de dezembro de 1864, a fim de que nos fosse franqueado o Arquivo Militar, que é um tesouro em documentos cartográficos da Geografia pátria, para que pudéssemos fazer os estudos e investigações de que necessávamos. (ALMEIDA, 1868, p.36, col.3-4; grifos nossos).

Nascido em 1812, em Niterói, formou-se engenheiro militar, tornou-se membro do IHGB e ocupou cargos públicos importantes na estrutura política do Segundo Reinado, dentre os quais deve-se nominar o governo das províncias do Paraná (como vice-presidente), entre 1855-56, e (como presidente) do Pará (1856-57) e da Paraíba (1857-59). Rohan não apenas franqueou o acesso aos arquivos; a sua própria produção, em relatórios, pareceres e memórias técnicas, embasariam várias decisões sobre os desenhos dos mapas de Candido Mendes. A “Carta Corográfica” da Paraíba, então ainda em elaboração pelos engenheiros Carlos Bless e David Polemann, sob supervisão de Rohan, serviria para definir com mais precisão os limites dos municípios e as próprias fronteiras interprovinciais.

A citação do documento de Rohan é lapidar: “Para dissolver todas as dúvidas que existem sobre os limites e extensão do território [...], não temos uma só carta corográfica que nos possa guiar. As que existem estão inçadas de erros tais, que nenhum crédito merecem” (apud ALMEIDA, 1868, p.13, col.5).

Além da contribuição do engenheiro Beaurepaire Rohan e dos muitos manuscritos cedidos por Antônio José de Mello Moraes – médico, político e autor de vasta bibliografia, dentre os quais destaca-se “A Independência e o Império do Brasil”, de 1877 –, a organização das informações do Atlas baseou-se largamente na produção dos viajantes, intelectuais e cientistas estrangeiros. Para a província do Ceará, as “Memórias Históricas”, do Monsenhor Pizarro, a “História do Brasil”, de Francisco Solano Constancio e a “Viagem ao Interior do Brasil”, de George Gardner, e.g., seriam juntadas à documentação oficial dos relatórios dos presidentes de província. O padrão de documentação é recorrente para as demais províncias, acrescentando uma ou outra publicação mais específica. Para a província do Rio Grande do Norte, Candido Mendes faz uso dos relatos de Henry Koster, autor que seria útil também para compor a normalização referente às províncias de Pernambuco e da Paraíba.

As dificuldades recorrentes para composição da cartografia do Atlas, que se explicitam nos textos de cada província, expõem os limites do conhecimento do território do Império. A observação dos mapas das províncias (Figuras 03 a 06) revela que sua lógica de composição gráfica estava muito mais vinculada, de fato, à montagem de um grande mapa do Império, permitindo que fosse difundida uma imagem integrada de país, de Estado, de Nação. Era esse o objetivo primeiro do Atlas, não se pode esquecer, afinal. Olhar com detalhes para a representação do relevo da província do Rio Grande do Norte, e.g., ilustra as limitações dos dados disponíveis e a impossibilidade do material tornar-se base para estudos técnicos.

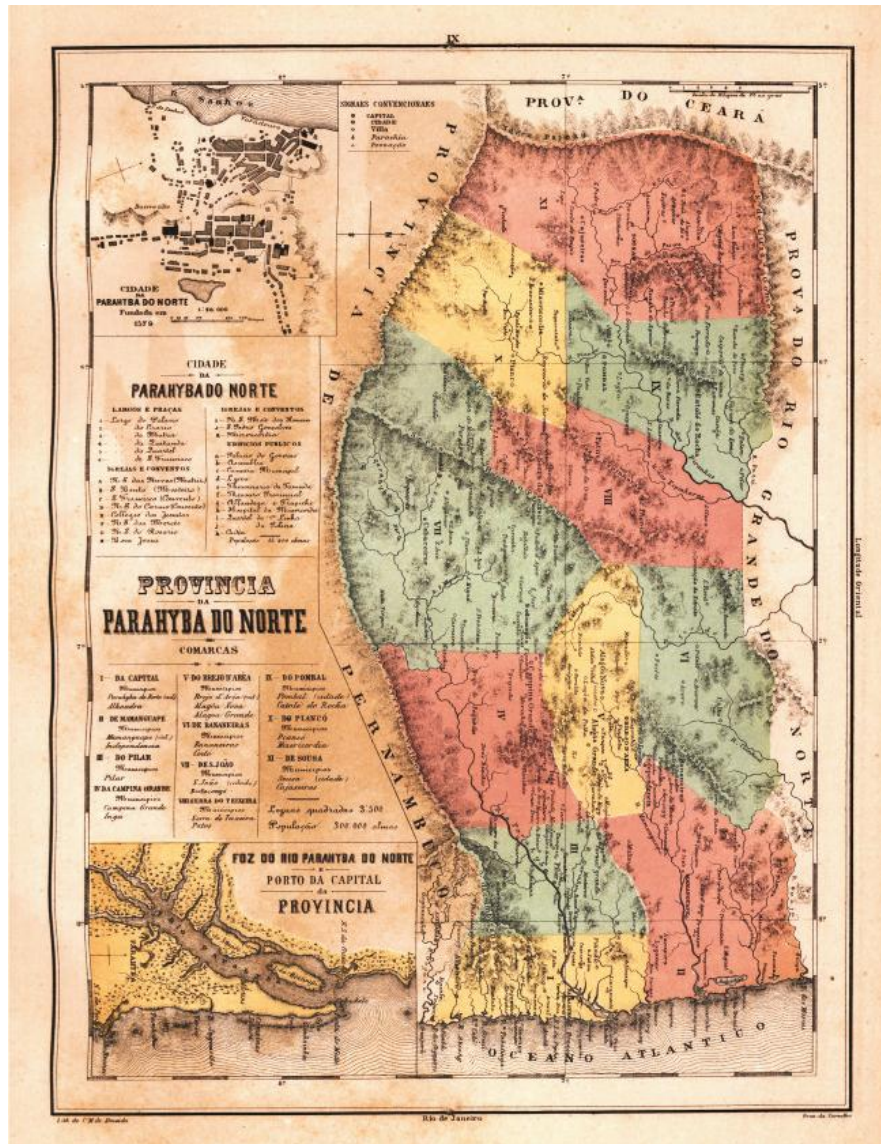


Figura 06: A Província da Parahyba do Norte, 1864
Fonte: ALMEIDA, 1868

Não havia possibilidade, diante dessa peça gráfica, de detalhes para esquadrinhamento, mensuração precisa e quantificação. Na verdade, há alguns trechos imprecisos na representação da topografia no sentido de penetração para o interior, de leste a oeste. As áreas costeiras eram bem representadas, de maneira geral, afinal, havia um acúmulo significativo de informações detalhadas voltadas para a navegação.

O problema que avultava, ao fim, assentava-se no que implicavam tantas dificuldades e limitações para composição do Atlas. Como reconheceria Candido Mendes,

O levantamento de cartas topográficas de cada Província, definindo os seus limites, seria de interesse incalculável tanto para o bom regime administrativo, judicial e eclesiástico, como para as relações comerciais, que *teriam por certo outro desenvolvimento se tais territórios fossem melhor conhecidos* (ALMEIDA, 1868, p.13, col. 4, grifos nossos).

Era imperativo conhecer o território para transformá-lo. Essa seria uma tarefa na qual se lançariam muitos profissionais nas décadas seguintes e que teriam papel decisivo nos processos e projetos de modernização urbana e territorial na virada para o século XX. As imprecisões, a falta de um melhor detalhamento e o uso de fontes secundárias não impediram que este trabalho cartográfico fosse publicizado num conjunto de conhecimentos sobre o Brasil ainda desconhecido e que contribuiu, posteriormente – pode-se inferir –, para a delimitação do que seria denominado de Nordeste.

Considerações finais

Uma das questões que permanece volta-se para a difícil tarefa de pensar o lugar do Atlas de Candido Mendes dentro da trama de relações da formação da cultura técnica moderna no Brasil e, mais especificamente, com os processos que levariam à definição da região Nordeste. Há aqui indícios e possíveis inferências. Utilizado no principal centro de ensino secundário do Império, o colégio Pedro II, e enviado a associações profissionais e instituições, sobremaneira os Institutos Históricos e Geográficos, é de se supor que tenha cumprido, ainda que parcialmente, seu objetivo de informar e materializar em mapas a imagem de um Império, mais ainda, de uma Nação em formação – para uma parcela privilegiada que tinha acesso à educação formal. Não se pode esquecer, ademais, que o Pedro II era um dos caminhos principais para o ensino superior.

É significativo também que, dentre as interlocuções e fontes principais utilizadas para composição do Atlas, estejam Beaurepaire Rohan, já citado, e o senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, cujo “Dicionario topographico e estatístico da Provincia do Ceará” seria diversas vezes citado. Ambos teriam participação destacada, apresentando teses e contribuindo largamente para o debate que se seguiu, num dos momentos cruciais para consolidação da dimensão técnica das secas^{xii}: a sessão do Instituto Politécnico do Rio Janeiro, reunida em 1877 para discutir teorias e propostas para enfrentamento de um novo ciclo das secas que iria recrudescer e se tornar o pior do século XIX. Os dois profissionais seriam, assim, algumas das possíveis pontes de conhecimento entre as gerações de intelectuais e profissionais que marcariam a formação da cultura técnica moderna no Brasil – e que teria como uma das primeiras e mais duradouras tarefas a chamada questão das secas.

Não se pode esperar, contudo, uma relação direta entre as representações cartográficas do Atlas e possíveis formulações de políticas de controle ou transformação do território. Ou em relação aos estudos que começariam a se avolumar e se aperfeiçoar em

relação ao território das províncias setentrionais e, em especial, daquela que se definiria a partir das ações de combate ao fenômeno das secas.

O conjunto de informações não estava voltado, de fato, para embasar estudos técnicos que subsidiariam projetos. Era muito mais parte de um esforço para dar a conhecer o Brasil aos brasileiros. O Atlas fazia parte, assim, de um ambiente técnico e cultural que se esforçava por superar a noção corrente de que o Brasil não conhecia a si mesmo – um correlato que pode ser citado, dentre vários, no campo da produção historiográfica, é o “Compêndio de História do Brasil”, do militar e professor de matemática José de Abreu e Lima, publicado em 1843 para a “mocidade brasileira” (MATTOS, 2007). O brasileiro formava um povo “antigeográfico”, diria Candido Mendes, que mal conhecia o Atlântico e, muito menos, os rios do país – i.e., pouco conhecia do seu interior. O Atlas buscava assim ajudar a montar um repertório básico e abrangente imagético sobre o território para os jovens – a “mocidade” que comporia, esperava-se, a elite política, técnica e burocrática do país.

Notas

ⁱ É certo que, como o demonstram o relato de vários cronistas do período colonial ou mesmo o de um viajante do início do século XIX, como Henry Koster, que as secas eram problematizadas havia tempos; contudo, dentro de um outra lógica e ordem de valores, como os morais e familiares – porque, por exemplo, ao quebrar as possibilidades de produção autossuficiente do latifúndio por longos períodos, forçava o deslocamento das famílias e seu séquito de agregados do mundo rural para o mundo urbano.

ⁱⁱ O projeto aponta para a possibilidade de investigar a dimensão técnica que secundou o processo histórico de construção do território brasileiro – com ênfase para a porção do território que, depois, no início do século XX, seria denominada como Nordeste. Para possibilitar o entendimento dessa dimensão – e em especial o seu reatamento sobre o espaço físico e cultural do Nordeste do Brasil –, a pesquisa contemplará as matrizes ideológicas e culturais que a fundamentaram, os saberes que a compuseram e justificaram as práticas dela originadas, os profissionais e instituições que foram protagonistas dessa trajetória e as intervenções a ela relacionadas e que transformaram e estruturaram territórios e cidades, ocupando uma posição central no processo de configuração do Nordeste moderno dentro da Nação que se formava em fins do século XIX e início do XX.

ⁱⁱⁱ Para este artigo, foi consultado o exemplar original do Atlas que se encontra na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da UNICAMP, além das cópias digitalizadas disponibilizadas pelo site [Domínio Público](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28870) [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28870] e pela Biblioteca do Congresso (*Geography and Map Division*) dos Estados Unidos, Washington, DC, coligido pelo projeto *American Memory* [http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/h?ammem/gmd:@field%28NUMBER+@band%28g5400m+gbr00001%29%29]. Sempre que possível, indicamos, além da página, a coluna onde se encontra a informação ou passagem citada.

^{iv} Convém destacar que, segundo Fernando de Azevedo (1976 apud ZOTTI, 2005, p.36) “o Colégio D. Pedro II, (...) consagra um ensino secundário do tipo clássico, muito mais atrelado à tradição intelectual do país (diga-se da elite), de tradição europeizante, do que propriamente adaptado as condições do meio, portanto estudos de caráter desinteressado. Estes estudos são dirigidos aos filhos da classe abastada e cumpre a função de estudos preparatórios ao curso superior”. As reestruturações curriculares no período imperial tiveram como consequência a “(...) a formação diferenciada das classes sociais: a formação do trabalhador, como reflexo das novas necessidades do país diante da tendência de uma sociedade urbano-agrícola-comercial; a formação da elite,

visando ao ingresso nos cursos superiores, representa a continuidade da formação clássico-humanista, historicamente patrimônio cultural desta classe" (ZOTTI, 2005, p.37).

^v Sobre a questão tecnicista, Antônio Teixeira Neto (2006, p.55) expõe que “diferentemente de uma obra de arte, que exige talento de quem a executa, o mapa não é uma construção livre, pois está submetido ao s mais rigoroso respeito às leis de percepção visual, ou melhor, à gramática gráfica”.

^{vi} O autor se refere aos fatos ocorridos no século XIX, quando diversos territórios pertencentes ao Brasil foram questionados por diversos países europeus. Graças a ação do Barão do Rio Branco e dos mapas coloniais referentes ao Tratado de Madrid (1750), a nação brasileira assegurou a sua soberania nacional.

^{vii} Mesmo a noção de arquipélago deve ser matizada, pois “havia fluxo interno de mercadorias e de linhas de comunicação”, embora não abrangesse toda a colônia e tivesse pouca expressão na composição da base do sistema econômico (CARVALHO, 1981, p.19-20); ainda assim, a metáfora é operativa para discutir e compreender o que estava em jogo nas discussões e nos projetos de construção do Brasil como nação independente, como se percebe em vários autores (Cf., e.g., MORAES, 2003 e 2005; PECHMAN, 2002).

^{viii} A autora não especifica qual seria a data da elaboração dessa carta geográfica.

^{ix} Antes, em julho de 1853, como deputado da Assembléia Legislativa Federal, Mendes de Almeida apresentou projeto semelhante para criação da Província de Oyapockia, cujas bases territoriais, centradas na Comarca de Macapá, seriam aproveitadas na elaboração do Atlas, quinze anos depois (ALMEIDA, 1868, p.33, col. 1 e 2).

^x A província do Amazonas, e.g., foi desmembrada da do Pará em 1850; antes disso, a do Pará fazia parte do Estado do Maranhão até 1775; a do Paraná desmembrou-se da de São Paulo apenas em 1853 (Cf. CARVALHO, 1981, p.17).

^{xi} Quando o IBGE estabelece a primeira delimitação oficial das regiões do Brasil, em 1938, os Estados da Bahia, de Sergipe, do Maranhão e do Piauí não faziam parte do Nordeste; estes seriam incluídos apenas em 1969 (Cf. AVELAR JR., 1994, p.06-10).

^{xii} Entende-se a dimensão técnica das secas como “1) a delimitação das secas como um problema científico que, por conseguinte, implicou 2) a constituição de um campo disciplinar de embates técnicos e políticos e 3) a formulação de propostas e o desenvolvimento de ações para enfrentar e, pretendia-se, solucionar esse problema” (FERREIRA, DANTAS, FARIAS, 2008, p.45).

Referencias bibliográficas

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Império do Brazil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias. Dedicado a sua Magestade o Imperador Senhor D. Pedro II, destinado a Instrucção Publica no Império com especialidade a dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1868.

ARCHELA, Rosely Sampaio. Evolução Histórica da Cartografia no Brasil: instituições, formação profissional e técnicas cartográficas. Revista Brasileira de Cartografia, n.59, v.03, p.213-223, dez. 2007. Disponível em: < http://www.rbc.ufrj.br/_2007/59_3_02.htm>. Acesso em: 19 dez. 2010.

AVELAR JR., Odilardo V. Política de combate a seca no Nordeste: uma ideologia para o planejamento regional. Tese, 1994 (Doutoramento em História) – São Paulo, FFLCH/USP, 1994.

BORGES, Maria Elisa Linhares. Atlas Histórico: com eles também se escrevem a memória nacional. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. Política, Nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida pública. São Paulo: Annablume, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da Ordem: a elite política imperial. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

DELSON, Roberta M. Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alvi-Ciord, 1997. [ed. orig. 1979]

DIAS, Maria Odila L. da S. A interiorização da metrópole [1972]. In: _____. A interiorização da metrópole e outros estudos. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2009, p.07-37.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George A. F.; FARIAS, Hélio T. M. Pensar e agir sobre o território das secas: Planejamento e cultura técnica no Brasil (1870-1920). Vivência, Natal, v. 34, p. 41-62, 2008.

_____. Adentrando Sertões: considerações sobre a delimitação do território das secas. Scripta Nova: Revista Electrónica De Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 10, p. 1-15, 2006. Disponível em < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-62.htm>>.

HARDMAN, Francisco F. A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. Confins, n.5, p.1-24, 24 abr. 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

MATTOS, Selma R. de. Para formar os brasileiros. O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil. Tese, 2007 (Programa de Pós-Graduação em História Social) – São Paulo, FFLCH/USP, 2007.

MORAES, Antonio R. O Sertão: Um 'Outro' Geográfico. Terra Brasilis, Rio de Janeiro-RJ, ano III-IV, n. 4-5, p.11-23, 2003.

_____. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

PECHMAN, Robert M. Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

REIS, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720). 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Pini, 2000 [orig. 1968].

SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrados, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Cartografia, território e poder: dimensão técnica e política na utilização dos mapas. Boletim Goiano de Geografia, Goiana, n.2, v.26, p.49-69, jul./dez.2006. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/viewArticle/4141>>. Acesso em 20 dez. 2010.

ZOTTI, Solange Aparecida. O ensino secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art04_18.pdf>. Acesso em 3 jan. 2011.